

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª. EMISSÃO DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS DA FERRONORTE S.A. - FERROVIAS
NORTE BRASIL.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL**, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na Avenida Osvaldo da Silva Correa, 621 – Bloco “B” – sala 08, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 24.962.466/0001-36, doravante denominada simplesmente EMISSORA, e na qualidade de Agente Fiduciário, **PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 - 13º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 17.343.682/0001-38, doravante denominada AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, neste ato representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos, vêm regular as condições da emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, mediante as seguintes cláusulas:

I. DA AUTORIZAÇÃO

A celebração da presente Escritura foi autorizada pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da EMISSORA, realizadas em 12 de julho de 1996, 06 e 18 de agosto de 1997.

II. DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS: A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: As Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a presente emissão serão levadas a arquivo e registro junto à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

II.3. REGISTRO DA ESCRITURA: A presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Cuiabá (MT).





III. DAS CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS E DA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

III.1. COLOCAÇÃO: O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais. Na colocação das debêntures junto ao público, será adotado o Procedimento Diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III.2. EXCLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA AOS ACIONISTAS: Conforme disposição estatutária não será concedido direito de preferência aos atuais acionistas para subscrição das debêntures, objeto da presente emissão.

III.3. VALOR DA EMISSÃO: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), em 01.07.1997.

III.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES: Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, em série única.

III.5. FORMA: Endossável.

III.6. ESPÉCIE: As debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

III.7. DATA DE EMISSÃO: 01.07.1997, para todos os efeitos legais.

III.8. DATA DE VENCIMENTO FINAL: 30.06.2007.

III.9. VALOR NOMINAL UNITÁRIO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão.

III.10. MODALIDADE: Conversíveis em ações ordinárias da Emissora.

III.11. JUROS: As debêntures farão jus a juros de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, (a título de "spread"), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

III.11.1) Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês a partir da data de emissão das debêntures e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, ai considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \quad \text{onde}$$

TC = Termo de Capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e



qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor das debêntures.

b) O percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano acima da TJLP ("spread"), referido no "caput" deste item, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados no item III.11.4 ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

III.11.2) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano acima da TJLP ("spread") referido no "caput" deste item, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor nas datas de exigibilidade dos juros mencionados no item III.11.4 ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, observado o disposto na alínea "a", e considerado para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

III.11.3) O montante referido no item III.11.1, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos do item III.17.

III.11.4) O montante apurado nos termos do item III.11.1, alínea "b", ou do item III.11.2 será exigível, semestralmente, no dia 1º dos meses de janeiro e julho, juntamente com as parcelas de amortização programada, vencimento antecipado e vencimento final das debêntures, observado o disposto nos itens III.8, III.15 e III.17.

III.11.5) Os juros capitalizados serão agregados ao valor nominal das debêntures para o cálculo do pagamento das amortizações programadas e no valor de conversão das debêntures em ações.

III.11.6) A Emissora pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas eventuais conversões de debêntures em ações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

III.11.7) Na hipótese de extinção da TJLP ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não puder ser utilizada como base de remuneração nas emissões de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um índice que reflita a perda do valor da moeda no tempo, aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas.

III.12) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO DAS DEBÊNTURES: As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, atualizado "pro rata temporis" pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de juros de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização de acordo com os itens III.11 e III.13.

III.13) JUROS REMUNERATÓRIOS: As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão, com juros de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, de acordo com o disposto no item III.11 anterior, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, pagos semestralmente, sempre no primeiro dia dos meses de janeiro e julho, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.01.98 e o último em 30.06.2007, data de vencimento das debêntures.



III.13.1) A Emissora pagará “pro rata temporis” os juros remuneratórios devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

III.14) JUROS MORATÓRIOS: A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impuntualidade da Emissora no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item III.15.

III.15) VENCIMENTO ANTECIPADO: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal atualizado monetariamente “pro rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item III.11, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; e
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura.

III.16) AQUISIÇÃO FACULTATIVA: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado, acrescido de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado.

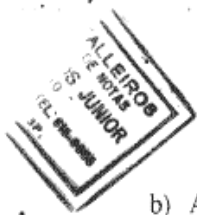
PARÁGRAFO ÚNICO: Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures, serão atribuídos, pela Emissora, aos titulares das mesmas.

III.17) AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: As debêntures terão o seu valor nominal atualizado, na forma do item III.11, amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

Data	Parcela de Amortização do Valor Nominal Atualizado	Valor da Amortização do Valor Nominal na Data de Emissão (R\$)
01/07/2002	30%	3.000,00
01/07/2004	30%	3.000,00
30/06/2007	40%	4.000,00

III.18) CONVERSIBILIDADE:

- a) As debêntures poderão ser convertidas, a partir de 01.01.2000, à opção de seus titulares, em ações ordinárias do capital social da Emissora;



b) A quantidade de ações ordinárias oriunda da conversão de uma debênture será de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Quantidade de Ações
até 30.06.2000	6.083
de 01.07.2000 até 30.06.2002	5.530
de 01.07.2002 até 30.06.2003	3.871
de 01.07.2003 até 30.06.2004	3.520
de 01.07.2004 até 30.06.2007	2.011

c) O número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionadas no subitem anterior será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos;

d) No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da Emissora, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166, da Lei 6.404, de 15.12.76, e no Estatuto Social da Emissora;

e) As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às atuais ações ordinárias negociadas em Bolsa de Valores e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;

f) Sempre que a emissora aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emissora ou no prazo do eventual direito de prioridade ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para subscrição das novas ações;

g) Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da Emissora delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões;

h) Na hipótese de a Assembléia Geral da Emissora deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição, e

i) As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos itens "f", "g" e "h" serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item III.11.

j) As ações resultantes de tal conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 03 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão.

III.19) SOLICITAÇÃO DE CONVERSÃO:



III.19.1) Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações representativas do Capital Social da Emissora por meio de envio da Solicitação de Conversão, à Emissora, mencionando:

- a) Se se refere à conversão da totalidade ou de parte das debêntures, sendo que, em se referindo à conversão parcial, deverá informar o número de debêntures a serem convertidas e o seu valor total;
- b) O número de ações a serem emitidas pela Emissora em consequência da conversão, tal número estando sujeito a correção pela Emissora, se necessário;
- c) A data na qual as ações deverão ser emitidas.

III.19.2) Para todos os efeitos legais, a data da conversão será a data do recebimento da solicitação pela Emissora.

III.20) DIREITOS DAS AÇÕES DECORRENTES DA CONVERSÃO DE DEBÊNTURES:

As ações decorrentes da conversão terão os seguintes direitos:

III.20.1) Estatutários:

- a) Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral;
- b) Direito ao recebimento do dividendo anual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e no Estatuto Social e compensados os dividendos semestrais e/ou intermediários que tenham sido declarados e pagos.

III.20.2) Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures:

- a) As ações decorrentes da conversão farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista;
- b) As ações decorrentes da conversão farão jus a dividendos integrais do exercício em que forem convertidas.

III.21) **PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA:** Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP ou, ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela Emissora.

III.22) **NEGOCIAÇÃO:** As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).



III.23) PUBLICIDADE: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente veiculados no Jornal "A Gazeta", do Estado de Mato Grosso", podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

III.24) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

III.25) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS: Sem prejuízo ao disposto no item III.14, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas neste Instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros, atualização monetária e prêmio, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

III.26) PRÊMIO: As debêntures farão jus a um prêmio a ser calculado mediante a aplicação da taxa de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor nominal acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sucessiva e cumulativamente computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da data da emissão das debêntures, deduzidos os valores pagos a título de juros, inclusive os relativos à parcela não capitalizada da TJLP, acrescidos da TJLP e da taxa de 6% (seis por cento) ao ano, a partir de cada pagamento de juros. O prêmio somente será devido nas datas de vencimento antecipado, aquisição facultativa e nas amortizações programadas.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

IV.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

IV.2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

IV.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.



IV.4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93 bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

IV.5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

IV.6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

IV.7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

IV.8. Notificar o Agente Fiduciário de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora por mais de 2 (dois) dias úteis.

IV.9. A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, retro-qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para nos termos da lei, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

V. 1. DECLARAÇÃO: O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o Artigo 9º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- d) o AGENTE FIDUCIÁRIO também declara não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

V. 2. REMUNERAÇÃO: O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, os seguintes honorários anuais:

- a) Parcelas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pagas anualmente, sendo a primeira paga na assinatura desta Escritura.
- b) Os pagamentos anuais citados no Item (a) supra serão reajustados pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo critério de atualização da base de remuneração das debêntures, a partir da data da emissão das mesmas até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata die", se necessário;



c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA;

d) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto represente a comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas;

e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura.

f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.


V. 3. SUBSTITUIÇÃO: Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

V. 3. 1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

V. 3. 2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

V. 3. 3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

V. 3. 4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura.


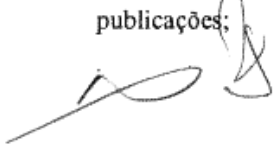



V. 3. 5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

V. 3. 6. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

V. 4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO: Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;





k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

l.5) amortização, conversão e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

l.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da EMISSORA;

m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

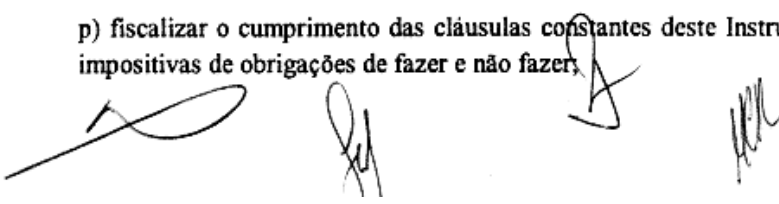
m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m.5) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos subitens do item "m" acima;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA;

p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer.



q) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores onde a EMISSORA tiver seus valores admitidos à negociação.

V. 5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO: O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, salvo deliberação em contrário tomada em Assembléia de Debenturistas;
- d) requerer a falência da Emissora.

V. 5. 1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

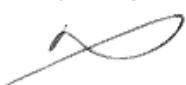
V. 5. 2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a", "b" e "d" do "caput" desta cláusula se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, exceto as debêntures que eventualmente encontrar-se em tesouraria ou de propriedade de coligadas, controladas e/ou controladoras, bastando, porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "c" do "caput" deste item.

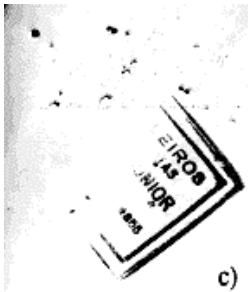
V. 6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO: A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

V. 6. 1. O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos titulares das debêntures.

V. 6. 2. As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;





c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, exceto as viagens a São Paulo (capital), e respectivas estadias;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

V. 6. 3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do 'caput', será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

V. 6. 4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI. DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

VII.1. Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

VII.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

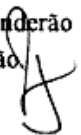
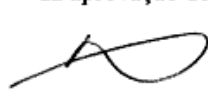
VII.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

VII.4. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

VII.5. Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VII.6. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

VII.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.



VII.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas assembleias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

VII.9. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas as debêntures que a EMISSORA possuir em carteira.

VIII. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

Cuiabá, 14 de agosto de 1997.

FERRONORTE S.A. - FERROVIAS NORTE BRASIL

PENTAGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TESTEMUNHAS:

1. **Nome: Luiz Henrique R. B. Figueiredo**

C.P.F.: 038.924.508-97

2. **Nome: MARCO AURELIO MACHADO CORREIA**

C.P.F.: 029.833.137-35

Cartório do 21º Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro, Tabela: Ney Ribeiro, Reconheço por
semelhança a firma de: MARCELO DA COSTA RIBEIRO 02472667795
No: 20132
Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1997, Conf. por: **B**
Em testemunho da verdade.



Paulo Osias - Substituto

Valor: 1,75